

RECLAMAÇÃO Nº 37.552 - RJ (2019/0065553-3)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECLAMANTE : VIRGINIA ALECRIM MOL
ADVOGADO : LUIZ SÉRGIO ALECRIM MOL - RJ080980
RECLAMADO : TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS
FEDERAIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de reclamação, com pedido de concessão de liminar, manejada por **Virgínia Alecrim Mol**, com fundamento nos arts. 105, I, "f", da Constituição Federal; 14 da Lei n. 10.259/2001; 18 da Lei n. 12.153/2009; 187 a 192 do RISTJ; e, 988 a 993 do CPC, contra a decisão à fl. 36, proferida em sede de "*agravo nos próprios autos*" (fls. 28/33), este manejado para impugnar a decisão à fl. 25, que havia determinado a "*suspensão do feito, até que a referida matéria [extensão do índice de 13,23% aos servidores públicos federais] seja apreciada por aquela Corte [TNU]*".

Consta da peça exordial que a reclamante ajuizou ação ordinária em desfavor da União, na qual veiculou a pretensão de obter, judicialmente, a extensão do reajuste de 13,23% sobre seus vencimentos. Indeferido o pedido, interpôs recurso inominado, mas a segunda instância, rejeitando o apelo, confirmou a sentença recorrida. Ainda inconformada, apresentou pedido de uniformização de jurisprudência junto à Presidência da 3.^a Turma Recursal, o qual foi sobrestado, pelos fundamentos da aludida decisão de fl. 25, combatida pelo "*agravo nos próprios autos*", objeto da decisão de fl. 36, contra a qual agora se volta.

Daí o manejo da presente reclamação, que teria por objetivo "*garantir a autoridade e eficácia da decisão proferida por esse Superior Tribunal de justiça nos autos do Recurso Especial n. 3536.597/DF, da Relatoria do ministro Napoleão Nunes Maia, Primeira Turma, acórdão paradigma que firmou o entendimento majoritário e dominante desta E. Corte, no sentido de que a vantagem pecuniária individual (VPI) e o reajuste linear de 1% instituídos pelas Leis nacionais n. 10.697/2003 e 10.696/2003, não foram estendidas a todos os servidores públicos federais, de forma proporcional e*

isonômica, aprimorando o alcance das preditas normas jurídicas" (sic. fl. 8).

Requer, também, a concessão de liminar para "*suspender o ato judicial impugnado proferido nos autos do processo n. 0167720-61.2016.4.02.5101 por S. Excelência Desembargadora Federal, comunicando-lhe o teor da decisão e requisitando informações no prazo de 10 (dez) dias*" (fl. 9).

Custas recolhidas (fl. 47).

Representação regular (fl. 38).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Como já relatado, a presente reclamação foi manejada contra duas decisões, fls. 25 e 36, e para isso a reclamante invoca o amparo das muitas normas supra anotadas, que vão da Constituição Federal ao Regimento Interno do STJ.

Ocorre que a previsão constitucional, **art. 105, I, "f"**, não lhe socorre, pois a reclamação lá disciplinada destina-se à preservação da competência **desta** Corte Superior ou garantir a autoridade das **suas** decisões. É, pois, um meio de impugnação de manejo **limitado**, que não pode ter seu espectro cognitivo ampliado, sob pena de se convolar num indevido sucedâneo recursal.

A hipótese dos autos – em que a parte não se conforma com o sobrestamento do incidente de uniformização dirigido à TNU – desborda dos limites expressamente postos no texto constitucional, na medida em que ainda não inaugurada a jurisdição da Corte Superior.

Há de se excluir, ainda, o invocado amparo da **Lei n. 12.153/2009**, norma aplicável, exclusivamente, às causas oriundas dos "*Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal dos territórios e dos Municípios*", a teor do disposto no seu art. 1.º. A ação indicada na presente reclamação tramita no âmbito do Juizado Especial Federal.

Tampouco se ajusta o caso ao desenho previsto nos incisos do **art. 988 do CPC**, ou ainda ao que dispõem os artigos 187 a 192 do RISTJ, norma que regula, internamente, o aludido dispositivo da lei processual. Com efeito, a singularidade dos fatos narrados na exordial não permitem o enquadramento em nenhum dos incisos do

referido art. do diploma processual. Note-se que, apesar de alegar usurpação, a recorrente não cuida de indicar a regra de competência que teria por violada, limitando-se a supor que caberia a esta Corte deliberar sobre o agravo manejado "*com fulcro no artigo 15, parágrafo 1º, da Resolução do CJF-RES 2015/00345, de 2 de junho de 2015*" (fl. 28). Dessarte, descabe também cogitar da hipótese prevista no **inciso I do art 988**.

Não se amolda ao **inciso II** ("*garantir a autoridade das decisões do tribunal*") porque **não** há decisão deste STJ, relativa a um **caso específico**, sendo desafiada, até porque a causa ainda tramita no âmbito da Justiça Federal. Quanto ao **REsp 1.536.597/DF**, cabe esclarecer que não foi submetido ao rito dos recursos repetitivos e seus efeitos alcançam exclusivamente as partes naqueles autos. Ademais – apenas como *obiter dictum* – a tese lá defendida não mais subsiste. Veja-se, exemplificativamente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VPI INSTITUÍDA PELA LEI 10.698/2003. CUMPRIMENTO À DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PROFERIDA NA RECLAMAÇÃO 25.528/RS. OBSERVÂNCIA À SÚMULA VINCULANTE 37/STF. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO A QUE SE DÁ PROVIMENTO, EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

1. A egrégia 1a. Turma reconheceu que a Vantagem Pecuniária Individual (VPI) possui natureza jurídica de Revisão Geral Anual, devendo ser estendido aos Servidores Públicos Federais o índice de aproximadamente 13,23%, decorrente do percentual mais benéfico proveniente do aumento impróprio instituído pelas Leis 10.697/2003 e 10.698/2003.

2. Entretanto, após o referido julgado, o colendo Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Reclamação proposta pelo Ente Público sucumbente, autuada sob o número 25.528/RS, considerando que, nos termos da Súmula Vinculante 37/STF, não cabe ao Poder Judiciário atuar em função típica legislativa, a fim de conceder aumento na remuneração de Servidor Público, com base no princípio constitucional da isonomia. Decidiu-se, por conseguinte, cassar a decisão proferida nos presentes autos, a fim de que outra seja proferida em observância à Súmula Vinculante 37.

3. Logo, em cumprimento à decisão emanada na Reclamação 25.528/RS, declara-se indevida a extensão, pelo Poder Judiciário, do reajuste de 13,23% incidente sobre o vencimento dos Servidores Públicos filiados ao Sindicato dos Servidores

Federais do Rio Grande do Sul-SINDSERF/RS, sob pena de afronta à Súmula Vinculante 37/STF.

4. Agravo Regimental da UNIÃO a que se dá provimento, em juízo de retratação, para reconhecer indevida a concessão do reajuste de 13, 23% incidente sobre a remuneração dos Servidores substituídos.

Ressalva do ponto de vista pessoal do Relator.

(AgRg no AREsp 386.962/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 11/12/2018)

Noutras palavras, não é cabível o manejo da reclamação a pretexto de garantir a autoridade do STJ se não há usurpação de sua competência constitucional ou decisão anterior da Corte para caso concreto que, eventualmente, não fosse cumprida por quem deveria fazê-lo.

Nesse sentido, colhe-se de vetusto precedente:

RECLAMAÇÃO. CABIMENTO DE RECURSO PRÓPRIO NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. NÃO CONFIGURADA USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO STJ. IMPROCEDÊNCIA.

1. Cabendo recurso no âmbito do próprio Tribunal de origem, é incabível o manejo de reclamação em ataque a decisão monocrática de desembargador indeferindo o processamento de recurso interposto pela parte.

2. Inexistindo decisão anterior desta Corte ou ato usurpatório de sua competência, não há espaço para a reclamação.

3. Reclamação improcedente.

(Rcl 988/SP, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2002, DJ 02/12/2002, p. 217)

E outros, mais recentes, dentre os quais:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL RECLAMADO QUE NÃO OFENDE OBJETIVAMENTE DECISÃO EMANADA DO STJ. DESCABIMENTO.

1. Para que a reclamação constitucional seja admitida, é imprescindível que se caracterize, de modo objetivo, usurpação de competência deste Tribunal ou ofensa direta à decisão aqui proferida, circunstâncias não evidenciadas nos autos.

2. É incabível o manejo da reclamação como sucedâneo

recursal, com vistas a adequar o julgado impugnado à jurisprudência do STJ, mesmo que consolidada em súmula ou recurso repetitivo. Precedentes.

[...]

4. Agravo interno não provido.

(AgInt na Rcl 34.655/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 13/04/2018)

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE.

1. A Reclamação, prevista no art. 105, I, f, da Constituição da República, bem como no art. 988 do Código de Processo Civil de 2015 (redação da Lei n. 13.256/2016), constitui ação destinada à preservação de sua competência (inciso I), a garantir a autoridade das decisões do Superior Tribunal de Justiça (inciso II) e à observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência (inciso IV e § 4º).

2. O objetivo da reclamação (art. 105, I, f da Constituição da República) é tornar efetiva as decisões proferidas, no próprio caso concreto, em que a reclamante tenha figurado como parte, não servindo para a preservação da jurisprudência desta Corte ou, ainda, como sucedâneo recursal.

3. Hipótese em que a agravante se irressigna contra o resultado do julgamento proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região que lhe foi desfavorável, pretendendo, ainda que por via oblíqua, a reforma do acórdão reclamado, situação, contudo, que não se enquadra nas hipóteses de cabimento da reclamação.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt na Rcl 35.095/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 18/04/2018)

Do **inciso III** não se cuida, em razão da evidente limitação à competência do STF.

Por igual, caso não é de subsunção ao que dispõe o **inciso IV do art. 988 do diploma processual** ("*garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência*"), porquanto a questão não foi posta em juízo por meio de IRDR, nem de IAC.

Repita-se, pois, não ser a reclamação medida destinada, *per saltum*, a revisar o acerto ou desacerto da decisão por ela atacada, mormente quando, não

transitado em julgado a decisão **interlocutória** impugnada (fl. 25), contra ela é interposto recurso que a parte julgou cabível (fls. 28/33).

Ademais, observa-se que a decisão que suspendeu o incidente de uniformização se baseou em decisão da TNU, não do STJ. E o "precedente" invocado pela reclamante não viola, nem mesmo em tese, a jurisprudência do STJ firmada em **repetitivo**.

Por fim, ainda que se cogitasse exclusivamente de descumprimento de decisão firmada em repetitivo (o que, como já anotado, **não é o caso**), não houve, como seria de rigor, o esgotamento da instância, porquanto não apreciado o agravo interno contra a decisão monocrática impugnada. A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. RECLAMAÇÃO. ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA RECONHECIDO. ADMISSIBILIDADE. AFRONTA A DECISÃO PROFERIDA EM RECURSO REPETITIVO. INEXISTÊNCIA.

1. A presente reclamação foi proposta com a finalidade de garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de recurso especial repetitivo diante de decisão sem trânsito em julgado e após esgotadas as instâncias ordinárias, adequando-se, portanto, aos termos preconizados pelo art. 988, § 5º, I e II, do CPC/2015.

2. A reclamante interpôs agravo interno contra a decisão que inadmitiu o recurso especial, havendo sua apreciação pela Corte de origem, o que caracteriza o esgotamento de instância. Na linha desse entendimento já decidiu a Corte Suprema: "O esgotamento da instância ordinária ocorre apenas em sede de agravo interno contra o juízo a quo de admissibilidade de recurso da competência do STF, sob a perspectiva objetiva de adequação entre o teor do provimento concedido pelo órgão de origem e a tese de repercussão geral firmada pela Suprema Corte" (Rcl 24.407/DF, decisão monocrática do Rel. Ministro Dias Toffoli, DJe 1º/8/2016). Nesse mesmo sentido, as seguintes decisões do STF: Rcl 24.259/DF, Rel. Ministra Rosa Weber, DJe 22/6/2016; Rcl 24.323/DF, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJe 16/6/2016; Rcl 24.215 MC/DF, Rel. Ministro Celso de Mello, DJe 9/6/2016.

3. Inexiste desrespeito à decisão deste Tribunal Superior proferida no Recurso Especial repetitivo n. 1.111.164/BA, na medida em que consta na petição inicial do mandado de segurança da ora reclamante pretensão consistente no direito de compensar, agregado ao reconhecimento de indébito tributário,

acrescidos de juros e correção monetária sobre ele incidente, e de pretensão de afastamento da prescrição. Tal circunstância amolda-se, portanto, à hipótese prevista no repetitivo que exige a comprovação dos elementos concretos da operação realizada ou que a impetrante pretende realizar.

4. Reclamação a que se nega provimento.

(Rcl 34.014/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 01/08/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. ART. 105, I, F, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 988, II, DO CPC/2015. UTILIZAÇÃO DA RECLAMAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno interposto contra decisão que não conheceu de Reclamação, ajuizada na vigência do CPC/2015.

II. No caso, a presente Reclamação insurge-se contra decisão monocrática proferida no Tribunal de origem, em sede de Agravo de Instrumento, que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, na qual se buscava a suspensão da decisão de 1º Grau, que rejeitara Exceção de Pré-executividade, alegando-se, na Reclamação, inobservância de tese fixada pelo STJ, em sede de recurso repetitivo, e da Súmula 430/STJ. Entretanto, as súmulas do STJ não se enquadram no conceito de súmula vinculante, a que se refere o inciso III do art. 988 do CPC/2015. O manejo de Reclamação contra julgado que tenha decidido contrariamente à tese fixada, pelo STJ, em sede de recurso repetitivo, pressupõe o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, tal como previsto no art. 988, § 5º, II, do CPC/2015, o que incorre, in casu. Assim sendo, sob o pretexto de garantir a autoridade de decisão desta Corte - hipótese prevista no art. 988, II, do CPC/2015 - a reclamante busca, em verdade, utilizar-se da presente Reclamação como sucedâneo recursal, a fim de cassar a decisão proferida pela instância ordinária.

III. Com efeito, se proposta com a finalidade de garantir a autoridade de decisão do STJ, o ajuizamento da Reclamação pressupõe a existência de um comando positivo desta Corte, em um caso concreto, cuja eficácia deva ser assegurada, o que, contudo, também não é a hipótese dos autos.

IV. Na forma da jurisprudência desta Corte, "a Reclamação prevista no art. 105, I, f, da Constituição da República, bem como nos arts. 988 do Código de Processo Civil, e 187 do RISTJ, destina-se a tornar efetivas as decisões proferidas, no próprio caso concreto, em que o Reclamante tenha figurado como parte, não servindo para a preservação da jurisprudência desta Corte ou, ainda, como sucedâneo recursal" (STJ, AgInt na

Rcl 32.352/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 03/05/2017). No mesmo sentido: STJ, Rcl 27.560/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 02/03/2017; AgInt na Rcl 31.875/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 19/12/2016; AgInt na Rcl 32.938/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 07/03/2017.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt na Rcl 32.276/PA, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 27/06/2017)

Por fim, em que pese tramitar no âmbito do microssistema dos Juizados Especiais Federais, não há como acolher a presente reclamação com base no invocado art. 14 da Lei n. 10.259, isto porque o apontado microssistema prevê meios próprios de cabimento e processamento dos pedidos de uniformização de interpretação de lei federal, sendo incabível, para esse mister, o emprego da reclamação. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. PROVIMENTO JUDICIAL ORIUNDO DE TURMA RECURSAL FEDERAL. DESCABIMENTO.

1. Nos termos do art. 105, I, "f", da Constituição Federal, c/c o art. 988 do CPC/2015, e do art. 187 do RISTJ, cabe reclamação da parte interessada para preservar a competência do Tribunal, garantir a autoridade das suas decisões, a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade e a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

2. Com a ressalva do relator, esta Corte possui a compreensão de que, em se tratando de ação de competência de Juizado Especial Federal, mostra-se inadmissível a propositura de reclamação quando o julgado da Turma Recursal ou da Turma de Uniformização diverge de aresto deste Tribunal proferido em sede de recurso especial repetitivo, ante a existência de procedimento específico de uniformização de jurisprudência (art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001).

3. Caso em que na peça exordial não se evidencia nenhuma das hipóteses de cabimento de reclamação, o que denota a utilização da presente demanda como sucedâneo recursal, situação inadmissível.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt na Rcl 32.201/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 07/02/2019)

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO PROFERIDO POR TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. NÃO CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO. SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. A teor dos arts. 187 do RISTJ e 988, IV, § 5º, II, do CPC/2015, é inadmissível a reclamação proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

2. No âmbito dos Juizados Especiais Federais, não é cabível reclamação diretamente contra acórdão de turma recursal ou de decisão monocrática proferida pela Presidência da TNU, pois há previsão expressa de recurso a ser examinado pela TNU, a teor do art. 14 da Lei n. 10.259/2001. Com efeito, a reclamação não deve ser utilizada como sucedâneo recursal.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt na Rcl 34.403/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 03/10/2018)

Por todas essas razões, é manifestamente incabível a presente reclamação, não comportando conhecimento.

ANTE O EXPOSTO, consoante exegese combinada dos arts. 932, VIII do CPC e 34, XVIII, "a", do RISTJ, não conheço da presente reclamação.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator